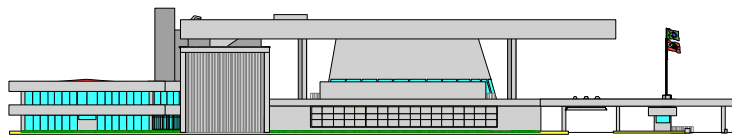


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 30 DE JULHO DE 2007

NÚMERO 5.754

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1771
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Publicações Diversas**

Audiência Pública.....	2
Atas das Comissões	
Permanentes	9
Aviso de Resultado.....	11
Despacho.....	12
Leis Complementares.....	12
Portarias	12

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER PARA DISCUTIR SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ABORTO, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2007, ÀS 10H, NO PLENARINHO DA ALESC

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Bom-dia. Damos por aberta esta audiência pública para discutir a descriminalização e legalização da prática do aborto como uma questão de saúde pública.

Convido para compor a mesa a proponente desta audiência pública, deputada Odete de Jesus; o senhor bispo Ireneo Lucas, presidente do Conselho das Entidades Religiosas de Santa Catarina (CER); e a senhora Valda Mendonça Dias, coordenadora do Núcleo de Educação e Prevenção da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.

Quero agradecer a presença do pastor Anísio Chagas, neste ato representando a Associação Catarinense da Igreja Adventista do Sétimo Dia; da senhora Carmem Miranda de Lacerda, representando a Comissão da Mulher Advogada e o presidente da OAB; da senhora Denise B. Flores, representando o diretor do Conselho Regional de Enfermagem; da senhora Renata Maas dos Anjos Saes, representando o diretor do Hospital de Guarnição de Florianópolis; da senhora Selma David Lemos, representando o gerente de Educação da Secretaria Regional da Grande Florianópolis; da senhora Liliana Cavalcanti Soares, representando o Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão.

Agradecemos a todos pela presença. Como presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, eu gostaria de expor algumas coisas.

A discussão sobre a legalização do aborto vem desde os idos de 1970, e, como presidente desta Comissão e como a minha transparência sempre exigiu, tenho minha posição sobre o assunto: sou contra o aborto, mas o acho um mal necessário. Essa é a minha opinião, mas neste momento, se nós nos propusemos a discutir esse assunto em uma audiência pública, temos que tratá-lo amplamente sob todos os aspectos possíveis.

Os abortos clandestinos (e depois eu tenho uma palavrinha sobre isso) colocam a vida da mulher em risco. Vocês podem pensar assim: por que a deputada é contra o aborto e, ao mesmo tempo, o acha um mal necessário? Por uma razão: eu presenciei esse fato dentro da minha casa com a minha secretária. Eu sempre fui contra, e não saberia explicar por que sou contra, a pessoa tem mil alternativas. Sou contra o aborto porque sou contra tirar a vida de qualquer ser humano, em qualquer condição.

Um belo dia, a minha faxineira chegou e disse: "Dona Ada, a senhora já viu a Ritinha?" Eu disse: "Não, por quê?" E ela: "Então vai no quarto dela que ela teve um negócio e só tem sangue". Quando cheguei na porta e vi aquela poça de sangue, tremi nas bases. Tentei fazer com que ela acordasse, mas ela estava desmaiada porque teve uma bela de uma hemorragia, uma hemorragia violenta em função de ela mesma ter provocado o aborto. Ela se furou inteira!

Eu não sabia de nada. Ela não se queixou de dor, não falou para mim que estava grávida, nada. Chamei o pronto-socorro e ela foi levada para o hospital, onde fez muita transfusão de sangue e uma cirurgia que, e não gosto nem de falar nisso, rasgou tudo, sabe? Três dias de hospital e ela veio a óbito, porque teve infecção hospitalar, infecção generalizada. Uma menina de 26 anos!

Na época eu me entrosei muito, peleei muito, e foi lá em Brasília isso, porque eu morava lá. Pesquisei muito sobre o assunto, e as pesquisas mostraram que o aborto era provocado por meninas de 20 a 24 anos, e até hoje o índice ainda é esse. Portanto, foi aí que eu achei por bem repensar o aborto, e passei a achá-lo um mal necessário, assim como o divórcio. A humanidade achava que ninguém mais ia se casar, que todo mundo ia se divorciar (eu sei porque participei muito disso em Brasília), e aí está: cada vez mais pessoas estão se casando.

Eu não sei se foi a idade que me fez pensar assim, se foi ser mãe que me fez pensar assim, se foi a maturidade psicológica... Quando tu tens um negócio como esse acontecendo na tua casa, na tua frente, e tu te sentes impotente, ficas sem poder fazer nada... E ali não foi uma vida, foram duas!

Bom, dei esse exemplo em função de ter abordado o tema abortos clandestinos. Quanto ao planejamento familiar, o relatório da Federação Internacional Familiar estima que a cada ano são realizados 46 milhões de abortos em todo o mundo, com 19 milhões feitos de forma insegura e 70 mil resultando em morte materna - acho que a minha secretária deve estar nessa estatística.

Ainda de acordo com o relatório, 96% dos procedimentos são realizados nos países em desenvolvimento. O Brasil realiza um milhão de abortos, de interrupções de gravidez, todos os anos.

O aborto é mais comum entre as mulheres jovens. Das internações pelo Sistema Único de Saúde por abortamento, a maioria diz respeito a mulheres de 20 a 24 anos.

Alguns países desenvolvidos já legalizaram o aborto. Em Portugal, a nova lei de interrupção voluntária de gravidez entrará em vigor no dia 15 de julho. O Parlamento português aprovou a lei que permite a prática do aborto até a décima semana de gravidez, ou seja, até dois meses e meio de gestação. Na Inglaterra, as mulheres podem optar pelo aborto, em qualquer circunstância, até a 24ª semana de gravidez. Na Alemanha, na França e na Itália a opção pode ser feita até a 12ª semana.

Eu acredito que a legalização do aborto não acabará com os procedimentos clandestinos. É uma verdade, os procedimentos clandestinos continuarão porque é uma coisa cara, e o pobre é sempre prejudicado. Se a maioria dos casos acontece entre jovens, a gravidez é motivo de vergonha. Essas mulheres terão coragem de contar para a mãe, para o namorado ou para a própria patroa, que foi o meu caso, que irão procurar uma clínica de aborto? Às vezes eu penso que não, às vezes eu penso que sim.

Tirar o aborto da sombra da ilegalidade não vai disfarçar a vergonha e o desejo de ocultação de gravidez. Então a gente vai falando, vai esbarrando, e cada vez mais a gente percebe que é como tomar um remédio fortíssimo: faz bem para umas coisas, faz mal para outras.

Outro ponto: só porque é um procedimento legal, o aborto será mais seguro, mais garantido? Também não se sabe.

Temos que pensar e repensar, sim, nos casos de estupro, de incesto, de feto anencefalo. Como deputada, com a maturidade que tenho, sendo mãe de duas filhas e avó de duas netas, acho que em caso de estupro, de incesto e de feto anencefalo o aborto é um mal necessário.

Temos que pensar também que, mais que um caso de saúde pública, a legalização do aborto envolve ética, valores, cultura, espiritualidade. É outro tema para ser debatido.

Então, é muito complexo. Na hora que a deputada Odete propôs fazer esta audiência, eu disse "Ai, meu Deus!", porque é um caso muito complexo, muito complexo mesmo, e tem que ser em âmbito federal a decisão disso.

Quanto mais pessoas nós colocarmos numa audiência como esta para debater e tirar uma conclusão mais óbvia, mais apoiada no pessoal, nas entidades, nos bispos, nos párocos, enfim, mais certeza, mais convicção teremos do que nós pensamos. Agora, sabemos que isso aí é uma lei federal.

Vou passar a palavra para a deputada Odete de Jesus, proponente desta audiência, uma mulher batalhadora pelas causas de segurança pública e pelas demais reivindicações da nossa população. E agora há eu também, que tenho somente cinco meses de mandato. Mas estamos aí para lutar sempre em prol das causas das comunidades, dos municípios, principalmente das mulheres. Muitas aqui não têm mais idade para ter filhos, mas as filhas, as netas têm, e nós temos que pensar no amanhã, no futuro. Temos que pensar grande.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Um bom-dia a todos.

Quero cumprimentar a presidenta da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, minha colega Ada De Luca, uma deputada que está aqui há poucos meses e tem nos surpreendido pela sua brilhante atuação frente a esta Comissão. Ela tem sido um orgulho para a mulher catarinense pelos seus posicionamentos, pelas suas colocações, pelo seu empenho e garra nesta Casa legislativa.

Quero agradecer a presença dos componentes da mesa e dos demais participantes.

O tema é bastante complexo, não há dúvida. É uma lei federal, e já tramitam no Congresso Nacional mais de trinta projetos de lei, que estão lá para serem analisados, discutidos, e ainda não há definições.

Há cerca de um mês e meio eu estive em Brasília, ocasião em que houve uma enorme passeata sobre o aborto. Eu não fui para participar da passeata, fui para resolver outros problemas, mas soube que um grande número de pessoas e várias entidades religiosas participaram. Foi recente isso, um dia antes da chegada do Papa. A Igreja católica também se manifestou. Havia muitas entidades participando dessa passeata e manifestações sobre o aborto.

O objetivo desta audiência pública é firmar a posição da sociedade catarinense acerca do polêmico tema descriminalização e legalização da prática do aborto e aborto como uma questão de saúde pública, em pauta no Congresso Nacional.

O aborto é a morte de um menino ou de uma menina no ventre de sua mãe durante qualquer momento da etapa que vai desde a fecundação até o momento prévio ao nascimento.

O aborto espontâneo ocorre quando a morte é produto de alguma anomalia ou disfunção não prevista nem desejada pela mãe. O aborto provocado ocorre quando a morte do bebê é procurada de qualquer maneira: doméstica, como a deputada Ada salientou, química ou cirúrgica.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, no Brasil são provocados cerca de 1,2 milhão de abortos clandestinos por ano. Em 2006, complicações resultantes de interrupções de gravidez levaram à internação aproximadamente 230 mil mulheres no Sistema Único de Saúde, custando para o Estado cerca de R\$ 33 milhões. Essa situação deve ser tratada como problema de saúde pública.

No Senado Federal tramitam três propostas sobre o assunto: duas buscam atenuar as atuais regras, em vigor desde 1940, e a terceira, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, estabelece normas para a realização de plebiscito sobre o tema.

Um tema como esse não pode ser tratado dentro de quatro paredes, deputada Ada, tem que ser debatido com a população, que deve se manifestar sobre este e outros temas. Nem nós, deputadas e deputados, podemos decidir pela maioria, e é isso que o Senado Federal quer fazer.

O que diz o Código Penal? No Brasil, só é possível interromper a gravidez quando ela é fruto de estupro ou quando há risco de morte para a mãe. Fora disso é crime com pena de um a três anos de detenção para a gestante e de um a vinte anos para o médico.

O tema descriminalização e legalização da prática do aborto comporta uma análise sob vários aspectos: éticos, morais, científicos, jurídicos, teológicos e, sobretudo, políticos.

Discutir sobre o início da vida, quando começamos a existir, se a mulher como dona de seu corpo tem o direito de abortar, se o nascituro tem direitos, são outros aspectos bastante discutidos e polêmicos.

Que o início da vida começa na concepção, já é pacífico e aceito pelos defensores da vida, pela ciência e até mesmo pelos que defendem a legislação do aborto.

Enfim, senhoras e senhores, sobre o aborto precisam ser discutidos e debatidos diversos pontos para análise da sociedade, tais como: algum país já reduziu o crescimento de sua população sem recorrer ao aborto?

As leis sobre o aborto em muitos países não são perfeitamente cumpridas, e alguns abortos, por razões médicas, são provavelmente tolerados na maioria dos lugares. É sabido que em alguns países com leis bastante restritivas pode-se abertamente conseguir que médicos façam abortos sem interferência das autoridades.

Outro ponto: o aborto legal ou ilegal tem se tornado o mais amplo método de controle da fertilidade hoje no mundo?

Os debates sobre a legislação do aborto não devem se restringir às discussões teológicas, morais ou éticas, mas ao exame dos aspectos políticos que a envolvem.

Temos também programas de prevenção da gravidez, alguns divulgados pela mídia. Nós vimos veiculados pelo governo federal, em vários meios de divulgação, os métodos de prevenção.

Outro dia li que as camisinhas estão sendo vendidas em farmácias populares por um preço bem baixo, cerca de trinta centavos. Os anticoncepcionais também estão sendo divulgados.

Recentemente, numa audiência pública realizada aqui, da qual fui proponente, posicionei-me contra a distribuição de camisinhas nas escolas da rede pública. Acho que as escolas são locais de ensino, de educação, e não para incentivar isso. Mas sou favorável que se distribuam camisinhas, preventivos e anticoncepcionais em outros locais, como está acontecendo, por exemplo, nas farmácias e em outros lugares mais apropriados para a entrega.

Hoje existe essa campanha de divulgação; no passado, as mulheres não tinham condições nem de comprar anticoncepcional. Mas hoje já está bem divulgado.

Não podemos dizer que o aborto clandestino não mata mulheres porque mata, sim, seja por hemorragia, infecção, seja pela utilização de equipamentos não esterilizados. Os equipamentos, às vezes, não são bem esterilizados, e isso é o que mais mata as mulheres: são cerca de setenta mil óbitos por ano.

Vou passar a palavra aos demais integrantes da mesa para que também possam se manifestar, senhora presidenta, mas já posso afirmar que vou discordar da minha colega aqui. É claro que nem todos temos o mesmo posicionamento, por isso é importante a audiência pública.

Eu sou contra o aborto. Acho que no momento em que há vida pela união das células não cabe a nós interromper essa vida.

Eu sou favorável, claro, quando a jovem, a mulher, é pega de surpresa, quando não é uma gravidez desejada, quando ocorre o estupro. Nesses casos, sim. Mas, de outra maneira, eu sou contra o aborto.

A deputada já foi bem sincera e deu o seu posicionamento. Então, também já estou dando o meu posicionamento.

Depois, nós vamos elaborar um documento, através do trabalho das brilhantes taquígrafas desta Casa, e levar o nosso posicionamento à Câmara Federal e ao Senado. E quero salientar, também, o trabalho da TVAL e da Rádio AleSC Digital, que estão levando para os lares de todos os catarinenses esta audiência pública.

Agradeço a oportunidade de poder me manifestar, e passo o comando para a senhora presidente, deputada Ada De Luca.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Quero anunciar, também, a presença do doutor Joel de Andrade, da SC Transplantes, neste ato representando o secretário de Estado da Saúde, senhor Eduardo Cherm. Muito obrigada pela presença.

Essas camisinhas estão sendo doadas, e quando nós, brasileiros, vemos doação em massa nos assustamos, porque não é uma coisa normal e foge dos nossos parâmetros do Primeiro Mundo, essas doações em massa. Meu medo é que o látex dela não seja bom, pois eu sou a favor de qualquer tipo de contraceptivo, e, daqui a pouco, uma mulher usa essa camisinha, engravida e ainda faz um aborto. Quer dizer, violência de todo tamanho. Mas, quero confiar no governo federal, e que o látex dessas camisinhas seja realmente bom, forte.

Concedo a palavra ao bispo Ireneo Lucas, presidente do Conselho das Entidades Religiosas de Santa Catarina.

O SR. IRENO LUCAS - Deputada Ada De Luca, deputada Odete de Jesus e demais componentes da mesa, é uma satisfação estar aqui e falar do ponto de vista cristão. São muitos os pontos de vista, mas, hoje, eu preciso defender o ponto de vista cristão.

De repente, uma menina, lá da cidade de Nazaré, de 14 anos, 15 anos, encontrou-se grávida. O nome dela era Maria. Uma gravidez que não trazia nenhum prazer. Solteira, ela estava prometida a um homem chamado José. Certamente, todos a aconselhavam dizendo: procure uma clínica clandestina, porque esse feto tem que ser tirado. E Maria não abortou Jesus. Graças a Deus!

Mas, talvez, situações muito menos vergonhosas, hoje, levam as mulheres a abortar. Talvez, você que me ouve aqui é a favor do aborto, porque você diz que a mulher é dona do seu corpo. Mas a mulher é responsável pelos seus atos!

Na teologia, a lei que garante a vida no ato da fecundação chama-se Traducionismo. Aqueles dois gametas possuem todos os caracteres necessários - físicos, emocionais e espirituais - para a formação do novo ser. Na hora da sua junção, como dizemos o *bug* do milênio, aquilo é o *bug* da vida. É o momento da vida.

O ser humano, por instinto ou necessidade, surge como um campeão da vida! Sabia que você venceu um milhão, pelo menos, de outros concorrentes que estavam indo para aquele óvulo? (*Risos.*)

Em você, Deus colocou o gene da vitória. Como pode um ser que nasceu com o gene da vitória ter sua trajetória barrada tão repentinamente por um ato insano, da vergonha de uma mãe de um ato sexual indesejado ou fora dos padrões? Sendo que temos acesso a todos os processos contraceptivos, hoje são tanto que podem ser usados.

Se você pesquisar na Internet tem alguns *sites* que dão até a tabelinha. Você não precisa da camisinha, pois tem a tabelinha, que funciona! Depois o doutor pode dizer se a tabelinha funciona mesmo. Às vezes não é bem segura, mas temos.

Então, por que exterminar a vida? Qual a vida que vale mais, a da mãe ou a do filho? Pense do ponto de vista de Deus! A mãe vale mais do que o filho? O filho vale mais do que a mãe? Digo para os senhores que não vale.

Sabe de uma coisa? Eu poderia ter sido um aborto. Sou o último de sete irmãos. Imagine a minha mãe com seis filhos dentro de casa, um no braço, outro pendurado na saia, o outro correndo atrás. Foi há muitos anos (não vou dizer quanto tempo porque senão vão tentar calcular a minha idade), no tempo em que as coisas não eram tão fáceis. E, de repente, aquela notícia fatídica para o meu pai, deputada, dizendo: "Eu estou grávida de novo." Quem estava lá dentro? Eu. O meu pai disse: "Não é possível, de novo! Nós cuidamos tanto", e minha mãe respondeu: "De novo". Mas sabe o que a minha mãe fez? Ela me permitiu nascer.

Quantos outros que são o último de vários irmãos, ou filhos de estupros, ou filhos de incestos, ou filhos indesejados, e conseguiram nascer! Porque Deus colocou o gene da vitória no ser humano. E quando você existiu já tinha a garra da vitória.

Aqui falo do ponto de vista cristão porque hoje, mais ou menos, 90% da população brasileira se diz cristã. Quero dizer que não estou sozinho nessa, eu tenho pelo menos 150 milhões de brasileiros que concordam comigo. E mais: quero dizer para a deputada Odete que, se a votação do aborto for para um plebiscito, não passa no Brasil, porque a população desta Nação teme a Deus, e quem teme a Deus dá direito à vida.

É verdade que o nascituro não tem direito, a jurisprudência não antevê o direito do nascituro. Mas o Código Civil, de 2002, no seu artigo 2º, diz que todos têm direito à vida. Então, mesmo sem o direito da jurisprudência o nascituro tem direito à vida, qualquer ser tem direito à vida.

Concluo citando um texto da Bíblia, Salmo 139, versículo 16, que diz que Deus sabe todas as coisas. E ele viu a minha substância ainda informe no seio da minha mãe. Substância ainda informe significa que no momento da fecundação Deus estava presente na sua vida, estava escrevendo. A Bíblia diz que Ele escreveu todos os seus dias! Deus estava escrevendo os seus dias, Ele estava determinando que você iria vencer todas as intempéries e todos os projetos de destruição contra você mesmo.

E, se você está aqui, dê graças a Deus que sua mãe não teve a mentalidade de algumas mães hoje, senão ela poderia ter abortado você.

Concluo a palavra dizendo que a igreja evangélica é xiita nesta questão. Não abrimos mão, porque qualquer um que tire a vida é um criminoso! E um criminoso não tem parte no reino de Deus.

Recebemos no nosso consultório diário uma moça que tinha feito oito abortos. Ela não dormia, não tinha paz, estava perturbada e queria se suicidar. Quer dizer, é assim tão bom fazer o aborto?

A minha filha sofreu um aborto espontâneo, há três meses, e tivemos que acudir essa menina com todo o apoio emocional. Ela não sabia que estava grávida, mas estava esperando, realmente, ficar grávida, e quando menos esperou veio o aborto. Como essa menina foi abalada por causa disso! Porque a gravidez traduz para a mãe, primeiro, o sentimento de utilidade. Ser mãe é a maior virtude da mulher!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a palavra o senhor Joel de Andrade, representando o secretário de Estado da Saúde, senhor Eduardo Cherm.

A SR. JOEL DE ANDRADE - Bom-dia a todos. Gostaria de saudar a deputada Ada De Luca e a deputada Odete de Jesus e de agradecer pela oportunidade de a Secretaria estar aqui representada.

De modo muito sucinto, coloco que pudemos discutir sobre o tema antes que eu viesse representar o secretário nesta reunião.

Não resta dúvida que do ponto de vista humano (não vou colocar nem ético, nem moral) o aborto é uma questão, no mínimo, polêmica.

Acho que esse último ponto abordado pelo bispo é essencial. É entender que, por mais que se trabalhe para garantir este direito - acho que no campo da filosofia esse direito tem espaço para ser discutido - de a mulher realizar o aborto, é um processo doloroso e danoso.

Coloco isso no seguinte sentido: não posso medir juízo de valor e condenar ou absolver quem toma essa decisão em vida.

Gostaria de ressaltar que talvez o que há de mais de importante para ser enfatizado é justamente a questão educativa que possa derivar desse debate, no sentido de que do ponto de vista ideal o aborto não deveria existir. Nem o aborto realizado por meios clandestinos, ou mais profissionais, nem o aborto espontâneo, que, igualmente, causa danos. Mas o fato é que não vivemos no mundo ideal, vivemos no mundo real.

Antes de ir para o real, reforçando algumas características do ideal, se todas as mulheres tivessem pleno acesso à informação, à educação e aos métodos de contracepção, esta audiência pública não existiria. Correto?

Então, talvez mais importante do que discutir se o aborto vai ser legalizado ou não, no Brasil, é discutir como a questão educativa pode ser fortemente reforçada em todos os níveis. Não adianta fecharmos os olhos para esta questão, porque isso não resolve. Talvez o que tenha que ser reforçado, de modo muito importante, é a questão da educação das mulheres e do farto e livre acesso delas aos métodos de contracepção.

Vou me permitir fazer uma analogia bastante brutal, mas que na verdade cabe. Quando no Brasil iniciaram alguns programas, especialmente no município de Santos, em São Paulo, de distribuição de seringas para "drogaditos", para evitar a contaminação pelo vírus HIV, isso trouxe grandes polêmicas na sociedade, especialmente nos meios da saúde pública. A consequência prática disso foi a redução da contaminação de pessoas pelo vírus HIV.

Ninguém admite que o Estado patrocine qualquer questão que facilite o uso de drogas. Do mesmo modo, não esperamos que o Estado venha a patrocinar a facilitação do aborto, principalmente numa sociedade desinformada. Eu coloco isso de modo muito claro.

Se hoje encerrarmos essa polêmica, formos ao plebiscito, o bispo errar e o aborto for aprovado, talvez amanhã será muito mais cômodo as pessoas optarem pela não-informação, pela não-prevenção, sabendo que elas vão ter logo a seguir o conforto de realizar o aborto, no momento em que bem entenderem e que necessitarem.

Coloco isso porque eu, pessoalmente - e essa é visão do secretário -, em princípio, sou contra. E eu acho que qualquer pessoa, mesmo aquelas que defendem mais radicalmente o direito da mulher sobre o próprio corpo, em princípio, são contra o aborto. Essa é a minha impressão!

No entanto, nós não podemos desconsiderar o que foi aqui colocado pela deputada Odete de Jesus: isso é um problema de saúde pública. E sempre que nós estamos frente a um problema de saúde pública cabe a nós estudarmos todas as variáveis que estão envolvidas nesse processo e trabalhar no sentido de minimizar os danos. As vezes, minimizar danos significa sacrifício de liberdades individuais e privilégio do bem coletivo.

Eu reforço que as ações que devem ser tomadas são ações educativas e ações de prevenção. E enquanto essas ações não surtem os efeitos necessários, nós temos que discutir essa questão à luz de um problema, e me perdoem os que me antecederam, que não é religioso, não é ético, não é moral, mas discutir à luz de um problema de saúde pública, como de fato é. Nós não podemos negar isso!

Infelizmente, eu também gostaria que a natureza humana, de um modo global, se comportasse sem desvios, sem crimes, sem pecados. Mas esses conceitos que ao mesmo tempo são concretos e abstratos permeiam toda a prática humana, em qualquer área de atuação. Nesse sentido, eu acho que é muito feliz que o tema tenha sido resuscitado. E pelo que me consta, ele o foi de modo casual.

Recentemente o ministro da Saúde foi perguntado sobre esse tema em um programa de TV, e ele falou que não escolheu o tema, o tema o escolheu. E a lógica foi a seguinte: numa entrevista para o jornal O Dia, se não me engano, no final da reportagem, depois de duas horas de conversa, a repórter perguntou, bate-pronto, sem nenhuma discussão prévia, se ele era a favor ou contra o aborto.

Ai ele se posicionou claramente, frente a um problema de saúde pública. Parece-nos que a visão do ministro - e eu não posso ir mais a fundo nisso porque não o conheço tão bem -, é de um experiente médico sanitário, que conhece muito bem essa questão e sabe muito bem das consequências de virar as costas para esse problema.

Então, quero ressaltar que esta audiência é uma iniciativa maravilhosa. Eu acho que a sociedade, globalmente, deve se mobilizar e discutir a tema. E, talvez, mais importante do que uma decisão final plebiscitária, se o Brasil vai ou não aceitar essa prática, é todo o processo educativo que pode derivar dessa discussão, levando isso à sociedade e talvez permitido que num futuro breve os currículos escolares tenham essa questão enfocada de modo mais claro. Não o aborto, mas a contracepção, a prevenção da gravidez indesejada.

Por que eu vejo a importância disso? Porque eu, pessoalmente, votei contra a legalização das armas no País. Eu tinha certeza que o meu voto era vencedor, e não foi! Então, eu acho que isso é um perigo, mas não tenho dúvida de que o processo educativo que se fez na discussão da legalização ou não foi um processo bastante importante.

O senhor me perdoe, bispo: os seus números são muito bons em relação à competição dos gametas e tudo, porém não posso entrar nessa questão mais filosófica porque, embora eu tenha convicções pessoais, aqui eu represento a Secretaria da Saúde, que não pode deixar de ter uma visão dessa questão como um problema de saúde pública.

Mas me permito uma confissão pública: eu tenho dois filhos e os considero as coisas mais absolutas que me aconteceram nesta vida. Entendo o valor da vida e também entendo, por outro lado, as consequências drásticas de não considerarmos a questão do aborto como uma questão que precisa ser discutida e debatida à luz - eu repito - de um problema de saúde pública, como de fato é.

Por fim, gostaria de dar um exemplo muito bacana. Estou trabalhando há dois anos na Secretaria na função de gerente de Transplantes. Há mais ou menos seis anos houve uma lei que dizia o seguinte: quando o sujeito fizer a carteira de motorista ele optará, naquele momento, se é ou não doador. A lei foi aprovada sem nenhuma discussão prévia da sociedade, certo? Qual o resultado disso? Todo mundo passou a ser não-doador, numa taxa alarmantemente maior do que a anterior, e a lei foi revogada antes que completasse doze meses.

Uma razão básica para isso foi o seguinte: o sujeito ia ao Detran. Se ele era não-doador, assinava o documento e saía com a carteira na mão; se ele era doador, pegava um formulário, preenchia, tinha que ir ao cartório registrar aquilo e voltar ao Detran. Só do ponto de vista de despachante, 70% dos doadores morriam aí. Até hoje nós temos consequências negativas disso, porque tem muito doador com "não doador" na carteira, e quando evolui para morte encefálica a família se baseia na informação que está no documento. E isso por nunca se ter discutido esse assunto. Então, drástico é aprovar o aborto ou negá-lo sem que a sociedade aprofunde essa discussão.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Eu gostaria de anunciar, também, a presença do deputado Sargento Amauri Soares. Muito obrigada pelo comparecimento.

Eu só gostaria de deixar uma pergunta para o bispo Ireno Lucas. Depois do senhor me responde, não tem pressa: até com relação aos fetos descerebrados a sua igreja, como um todo, é contra o aborto?

Falando com o doutor Joel, eu sempre fui contra o aborto, como já expus na abertura desta audiência. Mas aconteceu um caso, na minha casa, com a minha secretária doméstica, que não me disse que estava grávida (era uma moça de 26 anos, 27 anos, não lembro bem a idade dela na época, porque já tem uns dez anos) e fez um aborto dentro da minha própria casa. Eu não sabia que ela estava grávida, e a faxineira me chamou para olhar, no quarto: aquela poça de sangue e ela completamente desfalecida, já com uma violenta hemorragia. Chamei a ambulância e ela foi para o hospital, direto para a UTI. A menina durou três dias, porque teve infecção - septicemia -, em função, decerto, do que ela rasgou lá por dentro. A família ficou arrasada. Alguém teve que consolar a família e a mim, porque ela era uma excelente menina. Mas veio a óbito.

Quer dizer, é uma coisa realmente muito polêmica, doutor! E eu parto da premissa de que nós temos que expandir os debates não só aqui na Assembléia, mas em todo o Estado de Santa Catarina, com a participação de todas as entidades, inclusive da Secretaria da Saúde, e caminhar para um plebiscito mesmo, porque acho que para os próprios parlamentares que vão fazer a lei federal isso é extremamente... Porque nos países do Primeiro Mundo... (*Manifestação fora do microfone. Inaudível.*) Como já falei, mas quero lembrar ao doutor Joel, sou contra o aborto. Imagine se fosse a favor! (*Risos.*) É verdade, sou contra, mas em determinados casos não adianta a gente remar contra a maré; às vezes, é um mal necessário.

Na Inglaterra as mulheres podem optar pelo aborto em qualquer circunstância, até na 24ª semana de gestação; na Alemanha, na França e na Itália, a opção pode ser feita até a 12ª semana, mas esses são países do Primeiro Mundo, que não brincam com a situação. Eu penso que anencefalia, estupro e incesto são casos para se pensar.

Dando continuidade, passo a palavra à coordenadora do Núcleo de Educação e Prevenção da Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia, a senhora Valda Mendonça Dias.

A SRA. VALDA MENDONÇA DIAS - Bom-dia a todos.

Queremos agradecer a oportunidade de a Educação se fazer presente. Como mulher e como educadora, vejo este momento como positivo, porque vai abrir a perspectiva de discutirmos mais esses temas relativos à sexualidade e aos problemas trazidos, vamos assim dizer, pela sexualidade não muito consciente ou com os devidos cuidados para a sala de aula, para a comunidade, enfim, para todas as instituições.

Nós temos discutido muito que o Brasil tem políticas públicas e legislações muito avançadas, não precisaria nem melhorá-las, precisaria, sim, pô-las em prática. Acho que o que falta no Brasil é a prática dessas políticas públicas voltadas para a educação e para a saúde, porque temos certeza de que a descriminalização vai somente eliminar a pena que a sociedade impõe, não vai livrar a mulher dos conflitos emocionais, das seqüelas físicas e psíquicas que vão carregar pela vida inteira. Além disso, esses debates servirão para que a sociedade conheça e cobre mais o cumprimento das políticas públicas construídas e aprovadas pelas nossas autoridades legislativas.

Acreditamos que se as jovens, as mulheres e também os homens tivessem conhecimento, informações sobre a gravidez, sobre os direitos humanos reprodutivos, sobre os métodos contraceptivos, se tivessem acesso aos insumos que garantem a contracepção, como disse o nosso doutor, talvez esta audiência não fosse necessária.

Então, acreditamos que é uma questão de saúde pública e de educação. Quando trazemos o tema sexualidade para as nossas salas de aula, muitas vezes a comunidade ou algumas instituições se manifestam dizendo que não é um problema da educação, que não é um tema de competência da escola, mas nós discordamos, pois temos certeza de que todo o conhecimento, independentemente área, deve ser abordado e discutido na escola, e, principalmente neste momento que a sociedade vivencia, porque a família não tem mais aquela estrutura que tinha antigamente, forçada pela necessidade de sobrevivência, a mãe e o pai parando pouco tempo em casa. Então, quem vai suprir essa necessidade de informações que a nossa criança, que o nosso adolescente precisa, para ter uma vida sexual saudável e prazerosa?

Sabemos que é mais uma atribuição que foi dada para a escola. E a escola não se omite, ela abraça mais essa função, mas quer apenas condições razoáveis para trabalhar. O nosso professor está sempre aberto a participar e a contribuir, desde que ele tenha um preparo.

Temos agora o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, que já foi aprovado pelo presidente da República, mas, infelizmente, falta o cuidado dos nossos legisladores que criam um programa e não dão a sua legalidade. Então, hoje queremos fazer uma parceria da Saúde com a Educação e queremos apresentá-la aos nossos secretários e ao governo, mas não temos embasamento legal desse programa que foi criado em nível federal. É um programa que já poderia estar deslançando nas escolas, mas que hoje está em compasso de espera, até porque tem que ficar decidido de onde sairão os recursos e como eles serão implantados e implementados.

No encontro que tivemos em Brasília fizemos essa colocação e recebemos como resposta que realmente foi uma falha, mas que será corrigida e que essa correção ocorrerá dentro de sessenta dias. Então, estamos aguardando! Porque o nosso professor primeiro precisa ser qualificado para esse trabalho.

Temos recebido correspondências até desta Casa cobrando um trabalho mais efetivo da escola. Outras instituições sugerem que somos omissos, mas não é verdade. O nosso professor é um cidadão que faz a sua parte, mas ele quer fazê-la bem feito, e para isso necessita de formação continuada. Ele é um profissional que precisa estar sendo atualizado, porque trabalha com o conhecimento e com a formação de novos cidadãos.

Hoje vemos que, tanto pela questão das horas trabalhadas como pelo salário, às vezes ele é impedido de se aperfeiçoar. Se compararmos o quanto ganhamos como educadores e o valor que as universidades cobram, fica difícil para o professor se manter atualizado e se aperfeiçoar.

Então, ficamos contente em termos este espaço para socializar os nossos anseios e, ao mesmo tempo, dizer que a escola está sempre aberta para colaborar com aquilo que a sociedade e a comunidade precisa. O nosso professor também quer participar e participará sempre que for solicitado, desde que tenha condições necessárias para fazer um bom trabalho. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Agora, deixamos a palavra livre para manifestação da platéia, pois só assim chegaremos a alguma conclusão. *(Pausa.)*

O SR. ANÍSIO CHAGAS - Eu sou totalmente contra o aborto, baseado no princípio legal, no sexto mandamento da lei de Deus, que diz: "Não matarás". Muitas leis que existem no mundo hoje, que são milhares, de todas as nações, ficam obsoletas e inadequadas, mas a lei de Deus não fica, ela é eterna, permanece na consciência de todos os povos. Todas as leis que protegem a vida derivam desse princípio que está nas escrituras dos Dez Mandamentos da Lei de Deus, no capítulo XX, do livro de Êxodo - "Não matarás".

Então, a vida tem que ser respeitada acima de tudo. Temos que partir para a vida, ter uma cultura, uma orientação para o povo, porque geralmente os que são a favor do aborto, abertamente, são pessoas que não têm uma consciência cristã ativada, talvez não conhecem os fundamentos da lei de Deus.

Eu acho maravilhosa a lei de Deus, porque não caducou, ela permanece e é base do juízo de Deus. Os homens serão julgados por ela, todos nós. Então, não posso defender o aborto. Eu acho que precisamos defender é a educação do povo, das famílias; a juventude deve ser orientada e é aí que entra a escola, como já foi mencionado. Temos que partir para isso - e devemos lutar pela vida.

É o que deixo aqui colocado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Mais alguém deseja se manifestar? Por favor, eu pediria que dissesse o nome e se está representando alguma entidade.

A SRA. SELMA DAVID LEMOS - Bom-dia, estou representando a Gerência da Educação, e a minha pergunta vai para a mesa.

Hoje, na nossa cidade, no nosso país, é permitido fazer o aborto em que condições? Eu sei que tem ocasiões em que é permitido fazer o aborto, e gostaria de saber quais, até para poder me posicionar. Contra o aborto eu sou, mas como todo mundo falou, precisa educação, precisa disso e daquilo. Se tiver plebiscito, como poderemos encaminhar isso num local educativo?

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Olha, que eu saiba, hoje - acho que o pessoal da saúde poderia dar maiores informações -, perdoem-me se errar, é por indicação médica, quando são crianças acéfalas. Não sei quanto ao estupro e incesto, parece que é por via judicial - mas demora tanto que, quando sai a decisão, não dá mais para fazer porque já nasceu a criança. Então, que eu saiba são nesses casos.

Um plebiscito seria esclarecedor, depois de um grande debate estadual, ou quiçá nacional, porque quem vai votar são os deputados federais. Agora, no plebiscito, quem decide é o povo - e sou a favor de todo tipo de plebiscito.

A SRA. SELMA DAVID LEMOS - Deputada, só vem comprovar o quanto precisamos entrar nessa discussão de entendimento, porque nem isso chega para a sociedade civil. Então é uma prova de que temos que aprofundar, e espaços como esse precisam ser mais divulgados para que as pessoas possam participar cada vez mais.

Já estou satisfeita. Obrigada.

O SR. JOEL DE ANDRADE - Se me permite, primeiro queria pedir desculpas, deputada, achei que na introdução do assunto isso já tinha sido colocado. Mesmo nas condições de estupro ou de anencefalia comprovada, há necessidade de autorização do Judiciário.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Nos dois casos?

O SR. JOEL DE ANDRADE - Tem que buscar autorização no Judiciário.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Ai demora tanto que não dá tempo.

O SR. JOEL DE ANDRADE - Eu, sinceramente - sou uma pessoa supersincera -, não conheço o item incesto. Acho que o incesto, via de regra, é um estupro, e talvez se encaixe na mesma classificação, não tem uma separada.

O que eu queria colocar é que o anencéfalo passou por uma discussão no ano passado. Se não me engano no Rio de Janeiro nasceu um menino de nome Artur, que tinha necessidade de transplante de coração, e a sua família se mobilizou. Ela mobilizou a Secretaria de Estado da Saúde, o Ministério da Saúde, e trouxe uma grande discussão: se os médicos estariam autorizados a interromper a vida de um anencéfalo, para retirar-lhe os órgãos e salvar a vida de uma outra pessoa com viabilidade. Aqui, precisa se tornar claro que um anencéfalo pode viver poucas horas ou muitos dias, mas via de regra ele falece nas primeiras 24 horas após o nascimento.

Essa discussão, quando comecei a acompanhá-la, eu havia chego de um transplante há pouco tempo, parecia-me válida. Por que quem daqui seria contra precipitar a morte de quem vai morrer para salvar uma vida que pode durar cinquenta anos? É até uma discussão favorável à vida, de novo, sobre vários pontos de vista. A questão é que a discussão era fútil, e mobilizou-se muita energia em torno disso.

É fútil por quê? A medida que uma criança nasce, mesmo com uma hipoplasia de ventrículo esquerdo, que é um coração péssimo, ela começa a crescer. A cada cinquenta gramas que ganha, ela se torna muito distante de uma compatibilidade de transplante de coração com feto anencéfalo, que, via de regra, vem mal formado em outras áreas, tipo rim, fígado, e pequeno peso. Como a diferença de peso entre uma criança que nasce a termo e um anencéfalo em gestação é maior que 10% do peso corporal, a chance de um anencéfalo poder doar é de uma em um milhão.

O Conselho Federal de Medicina tentou uma coisa altamente imprudente: legislou. E disse: por resolução, pode. Mas contrariou princípios legais da Constituição, e teve que rever a sua posição no final do ano passado - e a discussão se encerrou. O Conselho Federal de Medicina, a Sociedade Brasileira de Pediatria, acabou essa conversa: não pode! E por que não pode? Porque não tendo o encéfalo (a questão parece boba, mas é importante) não se pode comprovar a morte encefálica. Ah, mas já não tem! Espera aí, não se pode! A gente vai para um limbo perigoso. Joga então quem está em coma vegetativo, que também não tem mais cérebro, eu também posso interromper para tirar os órgãos. Como tudo que empurra essa questão para o limbo é contra a doação e o processo, isso foi retirado.

Eu estou colocando isso, estou me estendendo na área do transplante, porque todas as discussões, do ponto de vista ético e legal, vão ficando delicadas.

O que eu queria chamar a atenção e colocar de modo bem claro é que, se somos a favor da vida, e existe hoje uma não-permissão ao aborto, descumprida cotidianamente por uma larga parcela de mulheres que engravidam, resultando em muitas mortes, de novo, eu não estou afirmando, eu estou perguntando, a resposta para isso é dizer não, não pode? Que é exatamente a situação que nós vivemos hoje? Ou é trazer esse ponto à discussão e aprofundar?

Não podemos ser cegos: não é um Brasil, são vários "Brasis"; não é uma Santa Catarina, são várias "Santas Catarinas"! O que eu quero dizer com isso? Tem pessoas que têm acesso aos melhores serviços de saúde e abortam em clínicas excelentes. Que não é a realidade de 90% da nossa população, que abortam no fundo do quintal ou vão, desculpe-me se tem alguém relacionado, no Camelódromo comprar o remédio para ulcera e abortam em casa. Essas pessoas estão morrendo, essas pessoas necessitam do aprofundamento dessa discussão.

Se a senhora me permitir eu vou me estender e responder a sua pergunta. Sou médico de UTI, essa é a minha formação, e já vi várias pessoas, de todas as classes sociais, morrerem negando o aborto até o fim. Escuta querida, conta, você fez alguma coisa? Isso é uma informação essencial para mim que sou médico e estou te tratando! Não, doutor! No outro dia o pai vem e diz que achou a prescrição da clínica de aborto, obviamente apócrifa, dentro do carro. E a pessoa morreu. Alto nível socioeconômico, e de outros níveis socioeconômicos também.

De novo, eu acho que temos que aproveitar esse momento para discutir, inclusive que a negação absoluta disso gera um mercado negro, paralelo, de serviços de saúde clandestinos, que continua atuando à margem da lei. Se nós dissermos não, por favor, não podemos ser hipócritas, não vamos discutir mais isso, e é não.

Então, vamos apertar a fiscalização em cima de todas as clínicas nas quais muitos catarinenses recorrem e muitos brasileiros também, com resultados bastante ruins. Isso é uma questão de iniquidade de acesso. Se eu tenho isso permitido e não estou defendendo a permissão, mas tenho isso permitido e tenho acesso público, é como o direito de nascer. Imaginem os senhores se nascer não fosse permitido, e só quem tem dinheiro pudesse frequentar uma maternidade, os resultados iriam ser mais ou menos semelhantes.

Quero reforçar uma última coisa, que acho muito importante. Num programa do Globo Repórter, no ano passado ou retrasado, saiu um grupo de jovens de Porto Alegre que discute a questão da mortalidade de jovens nos acidentes de trânsito. E eles têm uma coisa muito interessante, que acho que a Secretaria da Educação deveria considerar: eles levam os jovens, obviamente enquanto sóbrios, no momento de não diversão, para dentro dos hospitais para ver como ficam as pessoas que se acidentam em graves acidentes de trânsito.

E tem um outro modelo, na época em que a Xuxa deu uma declaração falando que estava muito feliz e o ministro Serra falou que era irresponsável, de pegar as mães adolescentes e levar as adolescentes que não engravidaram para conviver com elas, para ver o que é ter 13 anos de idade e carregar um bebê nos braços, dar conta de lavar roupa, fazer comida e tudo o mais sozinha, porque essas mulheres não têm atenção de seus parceiros - essa é a regra.

Então, acho que de novo temos que trabalhar nesses modelos, e discutir isso. Desculpem se me alonguei.

O SR. IRENO LUCAS - Tivemos há poucos dias um debate sobre a redução da maioria penal, estava conosco aqui o deputado Sargento Soares e alguns outros, e não fechamos essa conclusão. Mas, em suma, parece que o Estado deveria ser preso e o adolescente ser liberado, porque achamos um culpado aqui no debate, era o Estado na sua omissão, a legislação na sua omissão.

E hoje quero dizer para você, doutor Joel, que estamos diante de um fato em que o Estado se tornou muito omissivo. Omissivo por quê? Por causa do sistema que trouxe a informação de tal maneira que ela chegou distorcida.

E temos um outro lado, um aspecto apelativo dos meios de comunicação. A mídia de um modo especial é tendenciosa e muitas vezes joga no coração das pessoas, joga na alma das pessoas uma tendência que às vezes ela nem prima por isso, nem estabelece seus princípios. E quando menos espera está defendendo o aborto porque foi induzida a isso, ou está contra o aborto porque foi induzida a isso.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Quem mais gostaria de participar?

A SRA. CARMEM MIRANDA LACERDA - Sou da Comissão da Mulher Advogada e quero parabenizar a iniciativa das senhoras deputadas, a mesa e também o nosso representante do secretário de Saúde, o que nos dá maior tranquilidade pela visão que ele tem do assunto.

Esse tema é realmente muito difícil de ser tratado. Como foi falado, as pessoas evitam a discussão porque envolve uma questão religiosa, ética - e é muito difícil para nós, como cidadãos, separar uma coisa da outra, mas é necessário. Não posso pensar em mim, na minha religião, no meu sentimento pessoal, até porque se estamos aqui porque temos uma visão mais abrangente e condições de nos defendermos, mas a maioria dos cidadãos não tem.

Então, realmente compete ao Estado... E esse tema, como aqui já foi dito, tem que ser discutido amplamente com a sociedade, sob pena de ficarmos sempre nessa condição. Existem as clínicas de aborto, todo mundo sabe, a gente fica sabendo e não pode fazer nada, que os camelôs vendem os comprimidos e as meninas vão lá e utilizam. O problema é que temos muito medo da lei realmente, mas ela coloca barreiras.

Se o aborto vier a ser legalizado, todo tipo, já temos aqueles casos especiais que dependem de autorização judicial, sim, estão na lei, é um direito, mas acontece o problema da demora, mas se vier a ser legalizado, claro que a lei vai impor barreiras, não vai ser todo mundo.

Com certeza a educação é necessária. É um problema a longo prazo também, não podemos esperar cem anos para chegarmos a esse patamar de educação, que todo mundo saiba se respeitar e respeitar o direito do outro, estamos evoluindo, mas é devagar, é assim.

Temos poucos investimentos, então tudo tem que ser mudado, inclusive a partir da mídia. A mídia incentiva as pessoas a fazerem sexo precocemente, nas novelas das oito, com sexo quase explícito, e ficamos impotentes.

Então, o Estado tem que ser forte, os legisladores e nós temos que ter coragem de nos impor a isso, senão não teremos isso! Tenho uma neta de dez anos, a minha família e eu não deixamos que ela veja a novela das oito, porque ali tem sexo explícito e é muito cedo para uma criança.

As meninas estão engravidando, meu filho tem uma farmácia e sei, elas vão lá para comprar a pílula do dia seguinte, com 12 anos ou 13 anos. Nós permitimos isso! Somos culpados, temos que assumir essa culpa e reagir a isso. Não podemos deixar que continue acontecendo.

Achei muito boa, não pude ficar até o final, aquela audiência pública, de iniciativa da deputada Ada, sobre a mídia. Acho que temos muito que fazer. Temos os nossos direitos, nem tudo deve entrar na nossa casa e na nossa cabeça.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Entra sem pedir licença inclusive.

A SRA. CARMEM MIRANDA LACERDA - Exatamente, e quando vemos, nós mesmos, já estamos... Eu vou fazer 60 anos e muitas vezes me vejo: Não, pára aí! Vou pensar um pouco.

Então, parabéns! Acho que tudo o que dissermos aqui, não vai ser resolvido nada hoje, mas é uma semente. E dou os parabéns pela coragem, e pela coragem das pessoas se posicionarem.

Sou religiosa, respeito muito a religião, é necessária, mas temos que separar as coisas. Há uma realidade, há uma necessidade, há um compromisso, o Estado tem obrigação, a Saúde tem obrigação com a população e temos, infelizmente ou felizmente, que separar as coisas. Temos que colocar as coisas nos seus devidos lugares. Direito é direito. É de todos? É de todos. Ninguém tem o direito de matar e ninguém tem o direito de morrer também. Então, temos que pensar e discutir muito esse assunto.

Parabéns. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Gostei, inclusive dessa tua última colocação: ninguém tem o direito de matar, mas também ninguém tem o direito de morrer. É quando falo que acho um mal necessário.

A SRA. RENATA MAAS DOS ANJOS SAES - Sou médica ginecologista e estou representando o Hospital de Guarnição do Exército.

Gostaria de fazer umas considerações. Primeiro (o professor Joel foi meu professor), eu já vi muito mais gente morrer de acidente de moto do que de aborto provocado, mas nem por isso proibiu-se moto, ou moto deixou de ser legalizada, ou até mesmo carro, pessoas alcoolizadas morrem mais, mas pessoas que estão andando normal morrem por acidente de moto. Ou o tráfico de drogas, que é ilegal, usar drogas é ilegal, quem sabe se legalizarmos o uso de drogas, menos pessoas vão morrer do tráfico.

Então, temos que nos concentrar na causa do problema e não na consequência do problema. Se o problema são as infecções, o aborto ilegal, por que está acontecendo o aborto? Porque está acontecendo gravidez indesejada. Por que está acontecendo gravidez indesejada? Porque não estão prevenindo. Prevenção tem muitas formas. Em Florianópolis, nos postos de saúde, tem DIU, caminha, diafragma, diversos tipos de comprimidos. Sei que a gente bota na cabeça que não consegue o seu acesso. Eu era estudante de medicina, tive educação e fiquei grávida antes do tempo. Graças a Deus não abortei, tenho meu filho hoje e tudo bem.

Acredito que quem tem vontade de ter relação sabe que pode engravidar. Tem as formas de prevenção, e tem que ter a consciência de assumir os seus atos. Se engravidou, tem que assumir, a criança não tem culpa. E mesmo um aborto legal, no caso de a gente precisar fazer, quando vem justamente com a ordem judicial, porque não pode, mesmo anencefalo, fazer sem o mandado. A paciente chega lá, já sangrou, já perdeu espontaneamente, corre riscos numa curetagem, numa aspiração intra-uterina... Então o risco ocorre mesmo num aborto legal. É claro que a infecção é bem menor, porque a gente está fazendo por meios cirúrgicos adequados.

Mas eu só queria colocar, até para a gente focalizar, que quando eu tenho uma paciente doente, não posso ficar apenas tratando dos sintomas, porque aí a paciente vai sentir os sintomas a vida inteira. Eu sempre tento tratar a causa do problema, e nesse caso, o dos abortos clandestinos, a causa do problema é a gravidez indesejada. Talvez o foco que devemos dar seja esse.

Reafirmando o que já havia dito, eu fiquei grávida sendo estudante de Medicina, e a educação recebida era boa, eu sabia de tudo e fiquei grávida.

Sobre os casos de estupro, quando a paciente nos procura na maternidade dizendo que foi estuprada, a gente faz o boletim de ocorrência, faz o exame de corpo de delito e faz também a profilaxia da gravidez com a pílula do dia seguinte. Claro, a pílula também pode falhar, e isso já está previsto no protocolo de atendimento às vítimas de violência sexual, mas as pacientes, às vezes, não nos chegam no tempo adequado. E nem sempre o problema é a gravidez, às vezes elas correm risco de ter sífilis, HIV, HPV e várias outras doenças.

Era isso o que eu tinha para dizer. (Palmas.)

A SRA. LILIANA CAVALCANTI SOARES - Bom-dia. Eu represento o Hospital Nossa Senhora da Conceição, sou assistente social e quero parabenizar a deputada Ada, a deputada Odete e todos os demais membros da mesa pela realização desta audiência pública.

Gostaria de ratificar o que a educadora Valda falou, pois eu vejo que esta audiência vem reforçar a importância e a necessidade de uma política social. Por que será que uma mulher vai atrás de um aborto? Existe uma causa! Eu tenho certeza que a tua doméstica (*dirige-se à deputada Ada De Luca*) deveria estar com um problema muito sério, não sabendo onde deixar a criança, sem saber como trabalhar para se sustentar. A angústia dessas pessoas é muito grande.

E nas comunidades de vocês, como estão as creches? Em Tubarão elas são péssimas. Se não é o povo a fazer rifas, jantares, correr atrás de pedágios, as creches fecham. E onde as mães deixam suas crianças para irem trabalhar? Então elas têm que abortar! É assim que elas pensam. Onde está a educação, o planejamento familiar? Por que muitos casos acontecem? É o desemprego, é a estrutura familiar. Por que ela (*refere-se à senhora Renata Maas dos Anjos Saes*) não abortou? Porque tinha condição econômica, sabia que podia sustentar a criança que iria ter. Eu sou a 16ª filha, e por que não fui abortada? Meus pais eram pobres, e naquele tempo o pagamento da conta do armazém era por caderneta, ou seja, meu pai trabalhava e no final do mês ele passava na venda e pagava o que devia, deixando lá todo o seu salário. Mas tem também a questão espiritual, o casal tinha uma estrutura, não abortava! Entre os meus irmãos era uma diferença de aproximadamente um ano, parecia uma escadinha, e eu sou a última filha, e certamente não tiveram mais porque minha mãe já estava com uma certa idade, quando eu nasci ela já tinha 45 anos.

Então é essa a questão: o que nós fazemos, o que nós temos? Eu estava comentando com a Valda que em Tubarão nós temos ginásios de esportes fechados o dia todo. À noite é usado, mas tem que pagar, e por quê? Quantos alunos de educação física poderiam ser contratados para esses ginásios de esporte funcionarem dia e noite? Quantas crianças brincam de bola na rua, o que é um perigo? Certamente vocês já presenciaram muitos carros parando porque elas estão brincando nas ruas! Então, o que nós podemos fazer para mudar isso?

Eu faço uma gotinha do oceano em Tubarão. Todo último sábado de cada mês eu organizo um sábado de alegria com as crianças, convidando os filhos de todos os funcionários do hospital - são 854 funcionários - para brincar, e o Colégio São José colocou à disposição o ginásio e a quadra de esportes no período da tarde. A gente consegue alguns voluntários, a 3ª Companhia de Infanteria coloca alguns homens à disposição para brincarem com as crianças na área esportiva e o nosso Lions Clube Tubarão Centro dá um lanche. O colégio até diz que podemos fazer uso todos os sábados e domingos, mas o problema é que não se acha voluntário. Estamos no segundo ano dessa campanha e, quem sabe, um dia, a gente consiga deixar realmente à disposição todos os dias.

Então, deputadas, é preciso que vocês reforcem o que pode ser feito para que não aconteça o aborto. Não é tratar a questão do tem que ser feito ou não, é como a doutora falou, temos que ver a causa. É o exemplo da chuva: quando você tem uma goteira em casa, não adianta colocar o balde embaixo, você tem que procurar a causa, que é a goteira, senão vai acabar com o seu forro e se ele for de gesso, vai sair mais caro ainda!

Então, o que nós podemos fazer? Planejamento familiar, orientação às gestantes, estrutura dos casais, encontros de casais, puxar pela questão religiosa mesmo... O pessoal está muito acomodado e mais ações têm que ser feitas! Os grupos de casais, os grupos de jovens têm que ser acionados para ajudar essas pessoas a se estruturarem, porque se vier uma gravidez indesejada - como a doutora comentou - a mulher terá estrutura para atender essa criança.

Mais uma vez parabenizo vocês pelo debate e espero que mais audiências sejam feitas nesse sentido: o que nós podemos fazer na nossa cidade, no nosso bairro? E espero também que os políticos, nas suas campanhas eleitorais, coloquem como prioridade a busca de recursos para a construção de ginásios de esportes em cada bairro, um, dois, enfim, quantos se conseguir, bem como disponibilizar pessoas para atender essa criança, porque é através da educação que nós poderemos, realmente, ajudar esse nosso Brasil. Não vamos resolver o problema construindo presídios e penitenciárias!

Era esse o meu recado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - A palavra continua livre. (*Pausa.*)

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Eu quero cumprimentar as deputadas Ada e Odete e parabenizá-las pela realização desta audiência pública, porque trouxeram à tona um problema complexo, conhecido por todos, e que deixa as pessoas meio cheias de dedos para falar dele. Mas nós temos que pensar que o termo "legalização" já nos remete para uma compreensão possivelmente equivocada do assunto, porque dá a impressão de que vai existir uma lei dizendo que agora vai se fazer aborto. E em função do nível de desinformação que existe, muitas pessoas podem pensar que agora o Estado vai sair correndo atrás das mulheres que engravidarem, principalmente adolescentes, e vai dizer: olha, minha filha, tu tens que fazer aborto.

Então eu penso que o termo "descriminalização" é mais adequado para falarmos desse assunto, porque o aborto é crime. É descriminalizar uma prática considerada criminosa. E se nós já temos uma série de problemas, como o de tabu religioso... Porque todos nós aprendemos, desde muito pequenos, que é pecado, que fazer sexo fora do casamento é pecado, etc. Fazer mal aos outros é pecado! Então nós aprendemos tudo isso, já temos uma carga de informação que nos remete a uma situação de fragilidade diante de um acontecimento desse.

Nós também temos as questões morais, porque relacionamento sexual fora do casamento, além de pecado, é feio. Essa é a educação que a gente recebe: é feio, é uma vergonha para a família. Aí a gente põe mais um elemento: é crime. A gravidez só pode ter surgido do relacionamento sexual entre um homem e uma mulher; mas, além de tudo, é crime. Então você cria uma situação em que você não tem condições...

As pessoas que irão debater esse assunto provavelmente não passaram por esse problema. A grande maioria dos que viveram esse problema, 99% ou mais, ou 100%, não vem debater esse assunto, porque foge dele! Foge desse assunto em sua casa, com o pai, com a mãe, foge desse assunto na escola, na igreja.

Então, qual é a situação que está colocada? Como a minha esposa trabalha na área da saúde, eu circulo muito por alguns hospitais da Grande Florianópolis e vejo casos em que uma adolescente de 13 anos, por exemplo, que não é uma mulher, nem sequer uma adolescente, está lá ostentando uma gravidez de alguns meses. Vocês imaginem, está-se correndo o risco de matar duas pessoas. Eu não vou dizer que se tivesse descriminalizado o aborto que aquela menina teria contado para os pais, teria procurado... Outra coisa é como vai ser feito isso! Evidentemente que não se sai por aí depois de uma relação sexual, depois de engravidar, procurar um médico que faça o serviço num instantinho e depois vai embora, com a consciência, a questão social, familiar e pessoal resolvidas.

Evidentemente que não pode ocorrer dessa forma! É preciso que tenha uma equipe multidisciplinar, com pedagogos, assistentes sociais, advogados, cientistas, médicos, etc. Eu sou um aficionado pela ciência, embora não seja um cientista, sou da área de humanas, da sociologia, mas é preciso que haja uma definição a respeito disso. As próprias definições vão estar também balizadas por questões éticas e religiosas, mas é preciso que se chegue a uma definição, que se estabeleça que a questão não é a legalização...

Então nós precisamos debater isso tudo. Acho que é necessário descriminalizar o aborto para quebrarmos, pelo menos, um dos tabus que temos a respeito disso. Não quer dizer que será resolvido o problema, pois todas as outras questões vão continuar vigentes. Além de toda a carga social, familiar, de consciência moral e religiosa que já existe, você coloca mais uma carga, que é carga da lei, em que o Estado penaliza. Aí você leva para uma situação evidentemente complexa.

Também não quer dizer que descriminalizar resolveria o problema da sua empregada que faleceu, deputada Ada, porque talvez ela não tenha tentado fazer um aborto não por questões legais, mas por falta de lei. Muitos desses elementos que eu coloquei aqui podem ter pressionado a consciência dela: a religiosa, a moral, a familiar, a social. O próprio medo dela pode ter influenciado. Então, descriminalizar é tirar um dos elementos que complexificam uma situação que é grave e é de saúde pública.

Essa é a contribuição que eu queria dar e penso que a descriminalização do aborto é um elemento necessário, evidentemente que concordando com o que o doutor falou há pouco, que tem que ser feito um debate muito mais amplo com a sociedade, porque senão não vai resolver nada.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa.)

Eu gostaria de pedir desculpas a vocês, mas vou ter que me ausentar neste momento, porque preciso estar na secretaria para uma audiência, que estava marcada para às 11h30min. Mas a minha assessora me informou que eles ainda estão me aguardando e, por isso, peço à deputada Odete de Jesus que assuma a presidência dos trabalhos para que tenha continuidade esta audiência pública.

Antes, porém, gostaria de dizer que muito bem falou a Liliana, quando disse que o negócio tem que partir da Secretaria da Educação. Eu também acho. É necessário expor, falar com a juventude, expor sem melindres, sem medos, sem caretice e sem cretinice, pois não querer tocar no assunto por achar que é intocável, é um erro!

Das setenta mil mulheres que morrem no Brasil...

(Orador não identificado se manifesta fora do microfone: "Isso é o que se sabe!")

É, isso é o que se sabe! Fora aqueles outros números que não são computados!

Mas essas setenta mil mulheres que morrem no Brasil em função da prática do aborto não pertencem à classe da nossa doutora Renata! É aquele nosso povo humilde mesmo que passa por isso! Você era uma universitária, estruturada, com família, e já foi um problema para a tua consciência: nossa, to grávida e solteira! Eu sei que é um problema, e isso para qualquer classe. Agora imaginem uma mulher sem estrutura emocional, sem estrutura financeira, sem ter onde morar, não sendo aceita nos empregos... Esse é o lado que temos que olhar. Não que eu seja a favor do aborto, não sou! Mas na hora em que for necessário ela fazer um aborto, que haja uma clínica honesta, descente e legalizada.

Eu também gostaria de dizer a todos vocês que nós temos que fazer o trabalho de formiguinha na nossa sociedade, certo? Quem souber de uma clínica clandestina, que é onde acontecem as mortes, no Estado de Santa Catarina - não precisa ser aqui só em Florianópolis -, denuncie à Secretaria da Saúde, denuncie a esta Comissão. Quem sabe assim a gente comece a fechar essas clínicas! Quantas autoridades competentes nós temos para tomar essas atitudes, e em nome desta Comissão eu estarei aberta também para fazer esse trabalho. Se, de repente, começarem a diminuir os canais de facilidade para que isso ocorra, com certeza começarão a diminuir as mortes dessas mães tão jovens e com tanto futuro pela frente.

Eu quero deixar um abraço para todos vocês e o meu muito-obrigada pela presença. Venham sempre! E passo, então, a presidência dos trabalhos à deputada Odete de Jesus, que é membro desta Comissão. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Muito obrigada, deputada Ada.

Eu gostei muito das manifestações do bispo Ireneo Lucas; do pastor Anísio, da Igreja Adventista; do doutor Joel, que colocou o seu ponto de vista e eu gostei muito, porque cabe a Deus nos dar e nos tirar a vida e não a nós; da dona Eliane, de Tubarão; da tenente Renata; da dona Valda, coordenadora de Assuntos da Educação, foi muito brilhante nas suas colocações... Parece-me que o doutor Joel ainda quer concluir?

O SR. JOEL DE ANDRADE - Se a senhora me permitir, deputada, gostaria de falar na mesma linha.

Eu acho que a colega da OAB falou muito bem, Renata, ao dizer que a questão vai para a linha do pessoal. Eu te conheci como estudante de Medicina e sei que, independente da tua estrutura familiar e social, terias a mesma postura. Esse é o teu caráter, mas, infelizmente, o mundo não gira em torno de cada um de nós, e a gente há que considerar as outras variáveis.

Quando tu usastes o exemplo da moto, me veio uma idéia meio maluca, mas que eu tenho que dividir com vocês: com a moto se tomou uma providência, pois ninguém anda sem capacete, e se andar é parado e é preso. Que bom se pudesse acontecer a mesma coisa para o sexo e para a camisinha, não é? Seria excelente! Não só pela questão do aborto, mas pela questão das doenças sexualmente transmissíveis e outras conseqüências que, muitas vezes, são mais drásticas para a mulher que confia no parceiro do que a própria gravidez.

Finalizando, e é uma pena que o bispo tenha saído, porque eu queria falar isso na presença dele: eu fiquei um pouco triste quando ele se definiu um xiita antiaborto, porque o xiita mata em nome da religião, e eu acho que não devemos permitir isso. Não devemos permitir que as nossas convicções religiosas andem na direção oposta aos interesses da sociedade. Entendo que não foi o que ele quis colocar, mas quando fechamos questão sobre qualquer coisa e nos negamos a discutir, muitas vezes não contribuimos para a sociedade, mas, sim, provocamos um retrocesso.

Eu queria lhe parabenizar, deputada Odete, porque a minha expectativa, antes de chegar aqui, era a de que a senhora fosse mais xiita, e não é. E uma parlamentar tem que ter exatamente a sua postura, por isso peço uma salva de palmas para a deputada Odete. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Obrigada. Foi uma questão de coragem desta deputada levantar o debate nesta Casa Legislativa, mas não podemos nos omitir. Temos que debater todos os assuntos que estão colocados na sociedade catarinense.

Nós trouxemos o assunto à deputada Ada De Luca, que é a presidente da Comissão, que até ficou meio receosa, mas é um assunto que está posto, nós estamos convivendo com ele, as nossas jovens e as nossas mulheres estão morrendo e não podemos nos omitir.

Eu havia até me manifestado sobre o que está ocorrendo no Senado Federal, do plebiscito, e pelo posicionamento de todos os senhores eu vou levar à frente esse debate e elaborar um grande plebiscito nesta Casa Legislativa. Afinal de contas, doutor Joel e meu caro colega deputado Sargento Soares, a população precisa dar o seu posicionamento e não podemos legislar sem a participação da população.

Então eu vou pegar a assinatura dos líderes desta Casa - tenho certeza que vou ter o apoio de todos, porque somos apartidários, aqui não temos sigla, estamos para legislar pelo bem-estar de toda a família catarinense - e vou pedir à minha assessoria jurídica para elaborar o documento para fazer um plebiscito no Estado de Santa Catarina para vermos o posicionamento da população sobre esse assunto.

Agora deixo uma frase: assim como Deus nos deu a vida, nos colocou sobre a face da terra, cabe a Ele dizer o tempo que devemos viver aqui ou não. Não cabe a nós tirar a vida.

Eu quero parabenizar a tenente Renata pela sua sinceridade, por enfrentar o problema e declarar que teve um filho. É maravilhoso a pessoa ser sincera e falar para a população. Parabéns pela sua sinceridade e tenho certeza que a senhora está sendo uma excelente mãe.

Agradeço a todos pela presença, o nosso muito-obrigada e até a próxima oportunidade.

Está encerrada esta audiência pública sobre o aborto. (Palmas.)

DEPUTADA ADA DE LUCA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS
FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dez horas e trinta minutos do dia quatro do mês de julho do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Pedro Uczai, vice - presidente desta Comissão, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 6ª reunião ordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, na Sala de Reuniões número 2. Foram registradas as presenças dos Senhores Deputados membros: Elizeu Mattos, Serafim Venzon, Odete de Jesus, Kennedy Nunes. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade, em ato contínuo o Senhor Presidente, colocou em discussão a ata da Audiência Pública, que teve como tema a Erradicação do Trabalho Infantil

e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina, que foram entregues anteriormente no gabinete de cada um dos Deputados Membros na data de 03/07. Encerrada a discussão, colocada em votação, aprovada por unanimidade. Continuando os trabalhos, o Presidente Deputado Pedro Uczai solicitou ao Deputado Serafim Venzon que fizesse a leitura do Projeto 0099.6/2007, o qual foi relator, que cria a Semana de Consciência de Acidentes no Trabalho, de autoria do Deputado Antônio Aguiar, depois de lido foi colocado em discussão e em seguida em votação, sendo aprovado por unanimidade. Ato contínuo o Presidente solicitou que o Deputado Serafim Venzon fizesse a leitura do Projeto 128.5/2007, o qual foi relator, que concede Título de Cidadão Catarinense ao Sr. Marco Tebaldi, proposto pelo Deputado Darci de Mattos. Depois de lido o Deputado Kennedy Nunes pede a palavra e elogia a iniciativa do Deputado Darci de Mattos, citando que muito embora sejam adversários políticos tem profundo respeito pelo trabalho desenvolvido pelo prefeito de Joinville, Marco Tebaldi. Colocado em discussão, em votação. Aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente, passou a palavra novamente ao Deputado Serafim Venzon, que leu parecer do Projeto 147.8/2007, o qual foi relator, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias, com informações sobre os danos causados por veículos automotores. Após a apresentação foi colocado em discussão não havendo quem queira discutir foi colocada em votação e aprovado por unanimidade. Ato contínuo o Presidente passa a palavra ao Deputado Kennedy Nunes, para que faça leitura de seu parecer no Ofício 0055.1/2007, que encaminha o Relatório de Atividades do Conselho Comunitário do Bairro Costa e Silva, de Joinville, referente ao exercício de 2006. Colocado em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Dando continuidade o Senhor Presidente passa a palavra ao Deputado Elizeu Mattos, para que o mesmo leia seu parecer no Projeto 0134.3/2007, que estabelece normas de segurança para a carga e descarga de valores em estabelecimentos financeiros e adota outras providências, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves. Deputado Elizeu, em seu parecer solicita diligência externa. Em discussão, em votação, aprovado por unanimidade o Requerimento. Ato contínuo, o Senhor Presidente solicita ao Deputado Elizeu Mattos, que leia o seu parecer no Projeto 0158.0/2007, que dispõe sobre a metragem mínima para a construção de habitações populares no Estado de Santa Catarina, de autoria do Deputado Jailson Lima da Silva. No parecer o Deputado Elizeu solicita diligência externa. Colocado em discussão o requerimento, em votação, aprovado por unanimidade o Requerimento. Dando prosseguimento o Senhor presidente passa a palavra à Deputada Odete de Jesus para que a mesma leia o seu parecer no Ofício 0048.2/2007, que encaminha o Relatório de Atividades da Comunidade Evangélica de Joinville, referente ao exercício de 2006. Em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente, solicita que a Senhora Deputada Odete de Jesus, leia o seu parecer no Ofício 0062.0/2007, de autoria da Entidade Social, que encaminha o Relatório de Atividades do Instituto Amar de Joinville, referente ao exercício de 2006. Em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Na sequência o Senhor Presidente colocou em discussão requerimento de sua autoria para que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater e deliberar sobre atos praticados pela Polícia Militar do Estado. Encerrada a discussão, aprovada por unanimidade. Na sequência o Senhor Presidente convida os Senhores Deputados para Audiência Pública, cujo tema é a Regularização das Terras Indígenas, Quilombolas e a Indenização dos Pequenos Agricultores, proposta pelo Senhor Presidente, que será realizada no Plenarinho desta Casa Legislativa, no dia 09 de julho do corrente. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Claudiane Borghezán, chefe de secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Florianópolis, 04 de julho de dois mil e sete.

Deputado Pedro Uczai

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dez de julho, do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Presidente, Deputado Onofre Santo Agostini, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da oitava reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados José Natal Pereira, Professor Grando, Renato Hinnig e Deputado. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, colocou em discussão e votação os Ofícios nºs 0012.1/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0017.6/07, que "Encaminha o Relatório de atividades da Ação Social de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0022.3/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro de Educação Infantil Recanto dos Querubins, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0025.6/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, de Laguna, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0031.4/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Espírita Pavilhão da Caridade, Centro Educacional Infantil Maria Ofélia Guimarães, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0032.5/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Pais e Amigos dos Surdos de Caçador, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; 0037.0/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Instituto Maria Auxiliadora, de Rio do Sul, referente ao exercício de 2006". Relator: Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0084.6/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Beneficente Amigos da Região do Alto Vale do Itajaí - ABARVI -, referente aos exercícios de 2006 e 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade. Antes de encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente deu conhecimento aos membros da Comissão do Ofício nº 1.227/07, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - Fetaesc -, agradecendo pela convocação e realização, no dia 28 de junho, da audiência pública que discutiu a necessidade da fixação de um salário mínimo específico para o Estado de Santa Catarina, Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente

*** X X X ***

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SEXTA LEGISLATURA

Às treze horas e vinte minutos do dia onze de julho do ano de dois mil e sete, reuniu-se a comissão acima epigrafada, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Deputado Décio Góes com a presença dos Senhores Deputados Edson Piriquito, José Natal e Professor Grando, justificou a ausência o Senhor Deputado César Souza Júnior. (O Senhor Presidente, Deputado Décio Góes) - "Boa tarde, havendo quorum regimental, vamos dar início a reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, convocada especialmente para a instalação da subcomissão definida na reunião passada. Gostaria de colocar em votação a ata da reunião anterior que já foi remetida a todos os senhores, algum Deputado gostaria de fazer algum comentário? Não? A ata esta aprovada. Quero informar a vossas excelências que no Auditório Antonieta de Barros esta acontecendo o seminário sobre a questão do saneamento básico junto com a FECAM, e várias outras entidades parceiras com cerca de trezentos representantes, de Municípios, do Estado, da União

que estão discutindo a legislação referente à questão do saneamento, as questões do financiamento, buscando encontrarmos saídas e motivar os gestores municipais que envergonha o Estado de Santa Catarina. Queria deixar aqui os agradecimentos para toda a equipe que organizou, tanto da FECAM, como a nossa aqui, o Cabral, o Newton e a todos da Assembléia Legislativa que foram extremamente exemplares e com um esforço muito grande". (O Senhor Deputado José Natal) - "Gostaria de primeiramente parabenizar vossa excelência como membro da Comissão de Turismo e Meio Ambiente no tocante das atividades do seminário de hoje na questão do Saneamento Básico". (O Senhor Deputado Professor Grandó) - "A Comissão de Turismo e Meio Ambiente cumpriu com o seu dever. Logo que foi sancionada a Lei Nacional do Saneamento, surgiu a idéia nesta Comissão de lançar-mos o marco zero do saneamento em Santa Catarina. Precisamos superar esta marca dos dez por cento que Santa Catarina possui". (O Senhor Presidente, Deputado Décio Góes) - "Queria agradecer a manifestação dos deputados dizer que a Comissão vai estar atenta aos encaminhamentos no final dos trabalhos. Passo para outro ponto de pauta, é uma convocação especial, que se trata a instalação da subcomissão relativa ao Centro de Convenções e eventos da SANTUR e a revitalização do zoológico do Parque Cyro Gevaerd, complexo da SANTUR, localizado na Cidade de Balneário Camboriú. Como já ficou definido os membros, na reunião da semana passada. Dou por instalada esta subcomissão. Passamos a palavra ao deputado Edson Piriquito para proceder os primeiros passos desta instalação". (O Senhor Deputado Coordenador, Edson Piriquito) - "Agradeço Senhor Presidente esta gentileza. Para ser breve, porque o dia de hoje está meio apurado, agradeço a presença dos Senhores Deputados. Informo que na subcomissão, ficamos na condição de coordenador. O regimento fala em três integrantes, mas creio que podemos convidar mais deputados diante da necessidade, já que temos a intenção de dar continuidade aquele projeto, daquele ato de nossa visita em loco no zoológico da SANTUR. Creio que o início deste trabalho foi dado por esta comissão. Farei na oportunidade convites para esta Comissão para que esta luta seja de todos. Dou por aberto a primeira reunião para tratarmos especificamente do acompanhamento e discussão da construção do centro de convenções e eventos da SANTUR e da revitalização do zoológico Cyro Gevaerd. Trouse uma sugestão do que seria nossas providências e passo a relatá-las, dando a possibilidade dos senhores deputados complementá-la ou até de fazer alguma ressalva. Entendo que teremos que tomar o ato de fazermos uma grande reunião na cidade de Balneário Camboriú, após o período do recesso. Minha sugestão é de que esta reunião seja realizado no próprio complexo da SANTUR, no pavilhão existente, até porque temos a intenção de convidar toda a imprensa, todas as autoridades, vereadores, prefeitos, das cidades vizinhas, porque todos serão beneficiados com a construção deste grande equipamento que queremos fazer. Arquitetos e todos que queiram participar, representantes do Governo do Estado, o presidente da SANTUR, o Secretário da Cultura, o Secretário do Desenvolvimento Econômico e Social, que passa por um projeto de aquecimento econômico. Para que possamos chegar nesta reunião e para que ela se torne em algo frutífero, entendemos que seja necessário enviarmos um requerimento ao Presidente da SANTUR solicitando a cópia do levantamento patrimonial e estrutural existente, o inventário da fauna existente no zoológico a cópia de eventuais projetos arquitetônicos, elétricos, hidráulicos, paisagístico, ajardinamento e de prevenção de incêndios, enfim o que tenha de projetos, memorial descritivo, orçamento da obra, informação sobre a situação atual em que se encontra a tramitação do aludido projeto, existe um projeto que esta sento suscitado na mídia, mas que não se conhece dentro da oficialidade. Precisamos saber se a SANTUR já adotou um projeto ou não adotou um projeto. Para vermos se esta de acordo com a sociedade, se esta de acordo com o objetivo da necessidade daquela comunidade. Informação se há iniciativas da SANTUR e grupos privados. Nossa intenção é de que se alcance o grau de exigência máxima, no tratamento deste grande sonho. Que é o de construirmos nosso centro de convenções e eventos, a revitalização do zoológico a construção da escola ambiental, do teatro. Fazendo com que a cidade de Balneário Camboriú venha a ser uma cidade economicamente viável o ano inteiro. Para que tenha a capacidade e condições de atrair mais eventos e trazer mais turismo e mais riquezas. Não queremos concorrer, quero deixar bem claro aqui aos Senhores Deputados, que em momento algum queremos concorrer com o projeto. Não é

competência desta Comissão e não seria ato deste deputado de querer impedir projeto a, b ou c. o que importa é que venhamos a eleger quais equipamentos que comporão o parque, que venha a satisfazer plenamente o complexo. Quero me somar a esta luta que já é de muitos. Gostaria de ouvir dos senhores deputados se tem algo a contribuir". (O Senhor Deputado Professor Grandó) - "Sugiro nossa reunião no Parque da SANTUR, para uma quinta feira a tarde, após o recesso". (O Senhor Deputado Coordenador, Edson Piriquito) - "De minha parte não teria nenhum problema, creio que a sugestão ela é muito pertinente, até pelo fato de que não criaria qualquer óbice de nossa participação aqui nos trabalhos da Casa, sessão na quinta feira pela manhã, creio que uma quinta-feira seria o ideal, não sei se já na primeira semana de agosto seria o ideal, porque precisamos do retorno das informações, creio que sim e também estou fazendo contatos com pessoas interessadas em apresentarem propostas. Precisamos fazer uma grande mobilização para esta reunião, associações de bairros. Queremos montar uma grande reunião e para isso teremos que ter um tempo bom, até porque não dá para você abrir uma reunião deste tamanho, vamos precisar de um bom horário, vamos ter que conversar com a TVAL, para que faça a cobertura. Precisamos oficializar na Casa". (O Senhor Deputado José Natal) - "Acredito que primeiramente precisamos saber o que a SANTUR pretende fazer lá. Levar a comunidade a participar". (O Senhor Deputado Professor Grandó) - "Sendo mais específico, para as quatorze horas da segunda quinta-feira". (O Senhor Deputado Coordenador, Edson Piriquito) - "Precisamos debater, para que se consiga apurar ao máximo, ouvindo a comunidade. Queremos fazer com que esta reunião, este nosso trabalho ele venha a contribuir e a possibilitar que este grande sonho de nossa comunidade, seja realizado. Pergunto ao Deputado Décio Góes se tem alguma coisa a contribuir". (O Senhor Deputado Décio Góes) - "Entendo que a sugestão construída aqui foi interessante, a idéia desta segunda quinta-feira de agosto às quatorze horas, construirmos uma espécie de audiência pública, onde o governo do Estado através da SANTUR e da sua Secretaria específica possa estar lá presente dizendo qual é a visão que se tem como equipamento de interesse do Estado e a comunidade através de seus órgãos institucionais, poder político e sua representação popular será possível reproduzir o interesse da comunidade". (O Senhor Deputado Coordenador, Edson Piriquito) - "Creio que demos um grande passo para alcançar aquilo que a tanto tempo propomos e tenho a certeza que esta reunião se transformará em uma grande audiência pública, que trará uma qualidade sem igual, jamais vista na discussão de um projeto de interesse para toda uma região. Coloco em discussão o presente requerimento. Dou por aprovado o presente requerimento e não havendo mais nada para tratar dou por encerrada a primeira reunião desta subcomissão. Muito obrigado". Nada mais havendo a tratar o Senhor Coordenador encerrou a reunião, na qual eu, chefe da secretaria da comissão digital a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e pelo Coordenador da Subcomissão pertinente ao parque da SANTUR, Sala de reunião das comissões em onze de julho de dois mil e sete.

Deputado Décio Góes - Presidente da CTMA
Deputado Edson Piriquito - Coordenador da Subcomissão

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º1613/2007, comunica que na licitação modalidade Pregão nº 019/2007, referente a prestação de serviços de higienização de ambiente interno da ALESC, com eliminação de ácaros, fungos, bactérias, neutralização de odores, purificação e ionização do ar ambiente, à seco e sem aplicação direta às superfícies de produtos químicos, com utilização do sistema de filtragem "hepa", obteve o seguinte resultado:

ITEM ÚNICO -

Vencedora: EUROBAC COMERCIO DE PRODUTOS BIOLOGICOS LTDA-ME
Valor do Último Lance: R\$ 2.650,00
Florianópolis, 26 de julho de 2007.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO
PREGOEIRO

*** X X X ***

DESPACHO

- ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO
 OBJETO: PREGÃO N.º 019/2006
 RECORRENTE: ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA
 - RECORRIDO: Ato do Pregoeiro

DESPACHO

Acolhendo as razões apresentadas pelo Pregoeiro deste Poder, Hélio Estefano Becker Filho, designado pela Portaria DAT n.º1613/2007, de 19/06/2007, decido conhecer do Recurso interposto pela empresa ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA., negando-lhe provimento. Retornem os autos ao Pregoeiro para prosseguimento do certame.

Publique-se e cumpra-se.

Em, 24 de julho de 2007

DEP. JÚLIO GARCIA

PRESIDENTE

*** X X X ***

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 381, de 07 de maio de 2007

Parte vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina do Projeto de Lei Complementar que foi convertido na Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, que "Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual".

Eu, **Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, nos termos do art. 54, § 7º da Constituição do Estado e do art. 304, § 1º do Regimento Interno, promulgo a seguinte parte da Lei Complementar:

"Art. 111....."

VII - executar atividades de dragagem e captação de água mediante solicitação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional ou quando em situações de emergência decretadas pelos Municípios."

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de julho de 2007

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

LEI COMPLEMENTAR N. 387, de 23 de julho de 2007

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 279, de 2004, que atualiza valores dos emolumentos e custas judiciais e adota outras providências.

Eu, **Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º, da Constituição do Estado, promulgo a presente Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o art.15-A da Lei Complementar nº 279, de 27 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Complementar nº 383, de 7 de maio de 2007, nos seguintes termos:

"Art.15-A Na lavratura da escritura pública ou compromisso de compra e venda, realizada com a participação de corretores, deverá constar o nome completo do corretor e o respectivo número de registro junto ao Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina CRECI - SC." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 23 de julho de 2007

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1745, de 30/07/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **BERNARDETE CARLESSI**, matrícula nº 1558, para exercer, em substituição, a função de Gerente do Centro de Memória - PL/FC-5, enquanto durar o impedimento do respectivo titular TÚLIA DE FREITAS RIBEIRO, a partir de 28/07/2007 (DL -Coordenadoria de Documentação).

Neroci da Silva Raupp
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1746, de 30/07/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **MIRELA MARIA VIEIRA**, matrícula nº 3831, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 23/07/07 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp
 Diretor-Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1747, de 30/07/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **LUIZ ARGEMIRO DE QUADROS**, matrícula nº 1151, por 60 (sessenta) dias, a partir de 21/06/2007.

PORTARIA Nº 1748, de 30/07/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ROMEU FRANZONI JUNIOR**, matrícula nº 1601, por 05 (cinco) dias, a partir de 25/06/2007.

PORTARIA Nº 1749, de 30/07/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **THESSÁLIA MAY RODRIGUES**, matrícula nº 1426, por 60 (sessenta) dias, a partir de 28/06/2007.

Neroci da Silva Raupp
 Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1750, de 30/07/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARILIA MACHADO**, matrícula nº 0451, por 15 (quinze) dias, a partir de 12/07/2007.

PORTARIA Nº 1751, de 30/07/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MÁRCIA OTILIA SASSO**, matrícula nº 1573, por 10 (dez) dias, a partir de 13/07/2007.

PORTARIA Nº 1752, de 30/07/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **CARMEN LÚCIA CORREA ZATTAR**, matrícula nº 0901, por 30 (trinta) dias, a partir de 14/07/2007.

Neroci da Silva Raupp
 Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1753, de 30/07/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARILÉIA MARCON CORRÊA**, matrícula nº 1369, por 30 (trinta) dias, a partir de 14/07/07.

PORTARIA Nº 1754, de 30/07/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ADELAIDE FURTADO VIEIRA**, matrícula nº 0876, por 15 (quinze) dias, a partir de 16/07/07.

PORTARIA Nº 1755, de 30/07/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARLENE ROSA**, matrícula nº 0676, por 30 (trinta) dias, a partir de 19/07/2007.

Neroci da Silva Raupp
 Diretor Geral

*** X X X ***